

---

# GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS LATINO-AMERICANAS COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO

Raíssa Aglé Moura de Sousa <sup>1</sup>

Mayara Barbosa Bezerra <sup>2</sup>

José Alves Dantas <sup>3</sup>

César Augusto Tibúrcio Silva <sup>4</sup>

---

▪ Artigo recebido em: 21/05/2021 ▪▪ Artigo aceito em: 13/03/2022 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 12/04/2022

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo avaliar se as empresas não financeiras de capital aberto, na América Latina, fazem uso do reconhecimento da provisão para devedores duvidosos (PDD) para perdas associadas a risco de crédito com a finalidade de gerenciamento de resultados. Os testes empíricos tiveram por base dados anuais, de 2016 a 2019, de 333 empresas não financeiras de 6 países listadas no *MSCI Emerging Markets Index*. Os resultados apresentaram evidências de que as companhias não financeiras utilizaram a discricionariedade no reconhecimento das perdas de crédito para a prática do *income smoothing*. Constatou-se ainda que esse comportamento é mais relevante nas observações

---

<sup>1</sup> Titulação: Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Vínculo institucional: Professora na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia (FCC/UFBA). Endereço: Universidade Federal da Bahia. Av. Reitor Miguel Calmon, s/n – Canela – Salvador/BA – CEP: 40110-100. E-mail: [raissa.agle@hotmail.com](mailto:raissa.agle@hotmail.com). Telefone: (71) 3283-9130

<https://orcid.org/0000-0001-9302-5087>

<sup>2</sup> Titulação: Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Vínculo institucional: Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rua Joaquim Gregório, s/n – Penedo – Caicó/RN – CEP: 59300-000. E-mail: [mayarabezerrab@yahoo.com.br](mailto:mayarabezerrab@yahoo.com.br). Telefone: (84) 99418-166

<https://orcid.org/0000-0002-4620-3415>

<sup>3</sup> Titulação: Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Vínculo institucional: Professor na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (FACE/UnB). Endereço: Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro – Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70297-400. E-mail: [josealvesdantas@gmail.com](mailto:josealvesdantas@gmail.com). Telefone: (61) 3107-0795.

<https://orcid.org/0000-0002-0577-7340>

<sup>4</sup> Titulação: Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Vínculo institucional: Professor na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (FACE/UnB). Endereço: Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro – Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70297-400. E-mail: [cesaraugustotiburciosilva@gmail.com](mailto:cesaraugustotiburciosilva@gmail.com). Telefone: (61) 3107-0795.

<https://orcid.org/0000-0002-5717-9502>

Editor responsável pela aprovação do artigo: Dra. Bruna Camargos Avelino

Editor responsável pela edição final do artigo: Dr. Ewerton Alex Avelar

relativas ao período de vigência da IFRS 9 entre empresas que possuem volume relevante de ativos financeiros. Isso confirma as expectativas de que a adoção do modelo de perdas esperadas, instituído pela IFRS 9, aumenta a perspectiva da prática do gerenciamento de resultados por entidades não financeiras. Essas evidências empíricas contribuem para o desenvolvimento da literatura sobre gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos nesse tipo de entidade e sobre o impacto da adoção da IFRS 9 na qualidade da informação, suprimindo uma lacuna de estudos sobre instrumentos financeiros em entidades não financeiras.

**Palavras-Chave:** Gerenciamento de resultados; IFRS 9; Provisão para perdas de crédito; Empresas não financeiras.

## MANAGEMENT OF RESULTS IN LATIN AMERICAN NON-FINANCIAL COMPANIES WITH RECEIVABLE LOSS ALLOWANCE

### ABSTRACT

This study aimed to evaluate whether publicly traded non-financial companies in Latin America use the recognition of the receivable loss allowance (RLA) for losses associated with credit risk for the purpose of earnings management. The empirical tests were based on annual data between 2016 and 2019, covering 333 non-financial companies from 6 countries listed on the *MSCI Emerging Markets Index*. The results showed evidence that non-financial companies used discretion in recognizing credit losses for the practice of *income smoothing*. This behavior is more relevant in the observations related to the period of validity of IFRS 9 among companies with a substantial volume of financial assets. Consequently, we confirmed the expectations that the adoption of the expected loss model, instituted by IFRS 9, increases the perspective of the practice of earnings management by non-financial entities. Our empirical evidence contributes to the development of literature on earnings management through specific accruals in this type of entity, and regarding the impact of the adoption of IFRS 9 on the quality of information, and fills a gap in studies on financial instruments in non-financial entities.

**Keywords:** Earnings management; IFRS 9; Receivable loss allowance; Non-financial companies.

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve por propósito avaliar se as empresas não financeiras de capital aberto na América Latina fazem uso do reconhecimento de perdas com risco de crédito – a provisão para devedores duvidosos (PDD) –, com a finalidade de gerenciamento de resultados. O gerenciamento de resultados tem sido objeto de uma extensa literatura nacional e internacional, em particular avaliando o impacto das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) na discricionariedade da gestão no tocante à apuração dos resultados das

companhias, mas não foi identificado consenso nos resultados evidenciados (Trimble, 2018), em especial quanto à sua abrangência e mecanismos utilizados.

Há estudos apontando que o gerenciamento de resultados se intensificou desde a adoção das IFRS, uma vez que os *accruals* discricionários aumentaram no período após a implementação (Callao & Jarne, 2010). Outros trabalhos, porém, constataram que a adoção das IFRS trouxe maior transparência e aumento na qualidade das informações contábeis medidas pelos *accruals* discricionários (Houqe, Van Zijl, Dunstan, & Karim, 2012; Cai, Rahman, & Courtenay, 2014).

De acordo com Rathke, Santana, Lourenço, e Dalmácio (2016), nos mercados emergentes, como nos países da América Latina, demonstra-se um maior nível de gerenciamento de resultados e um comportamento oportunista, mesmo após a adoção do padrão IFRS, considerando que as características específicas de cada país influenciam na forma como as IFRS são implementadas.

O surgimento ou alteração das IFRS podem ser resultantes de diversos fatores, a exemplo de crises financeiras, como a ocorrida em 2008. Segundo o próprio *International Accounting Standards Board* (IASB) apresentou no *Project Summary* em 2014, a crise financeira de 2008 motivou a discussão do modelo de perdas incorridas para risco de crédito, previsto na *International Accounting Standards* (IAS) 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, resultando na alteração para o modelo de perdas esperadas, com a adoção da IFRS 9 – *Financial Instruments*, visando melhorar o provisionamento, no sentido de preparar as companhias, principalmente as instituições financeiras, a projetar cenários econômicos e de ativos a partir de dados históricos, minimizando, assim, perdas decorrentes de crises (Soreira, Fávero, Serra, & Fouto, 2019).

A principal diferença entre os modelos de perdas incorridas (IAS 39) e de perdas esperadas (IFRS 9) é que o primeiro tem como foco o passado (*backward-looking*), enquanto o segundo visa o futuro (*forward-looking*) (Dantas, Micheletto, Cardoso, & Freire, 2017). Os autores apontam, ainda, que o modelo de perdas esperadas envolve a adoção de mais julgamento e deve resultar em maior nível de reconhecimento de perdas nos balanços.

Nesse sentido, estudos como os de Kim e Kross (1998), Shrieves e Dahl (2003), Lobo e Yang (2003), Alali e Jaggi (2010), Dantas, Medeiros, e Lustosa (2013), Norden e Stoian (2014), Beerbaum (2015), Carvalho, Pereira, e Dantas (2018), Silva, Niyama, Rodrigues, e Lourenço (2018), Cunha, Galdi, e Dantas (2019), têm se concentrado em verificar a prática do gerenciamento de resultados em instituições financeiras, com o uso da PDD.

O presente estudo avança em relação aos supramencionados, na medida em que analisa entidades não financeiras, uma vez que os impactos da IFRS 9 não são refletidos apenas em instituições financeiras, mas em todos os setores que tenham instrumentos financeiros (Bernert, Kuerzi, Tristão, & Lima, 2019). Além disso, observa-se uma escassez de estudos que verifiquem os efeitos dessas relações em companhias não financeiras, o que se vislumbra como contribuição desta pesquisa à literatura.

Na realidade, os estudos de gerenciamento de resultados em entidades não financeiras normalmente utilizam modelos empíricos de *accruals* totais, como

os de Kang e Sivaramakrishnan (1995) e os de Jones Modificado, utilizado por Kothari, Leone, e Wasley (2005), Dechow, Hutton, Kim, e Sloan (2012), dentre outros. Já os que são focados em instituições financeiras se concentram em *accruals* específicos, em especial a provisão para perdas associadas a risco de crédito. Assim, esta pesquisa preenche uma lacuna da literatura, ao desenvolver um modelo empírico para testar a prática de gerenciamento de resultados em entidades não financeiras, por meio de *accruals* específicos relacionado à PDD.

Este estudo é direcionado aos mercados de capitais da América Latina, por serem considerados mercados emergentes, que são, muitas vezes, associados ao baixo nível de proteção aos investidores, incluindo a maior propensão a manipulações nos relatórios financeiros (Takamatsu & Fávero, 2017). Evidências nesse sentido são apontadas por Rathke et al. (2016), que identificaram que empresas latino-americanas apresentam um maior nível de gerenciamento de resultados em comparação a empresas anglo-saxônicas e europeu-continentais.

Devido à incipiência de pesquisas sobre instrumentos financeiros em relação a esse tipo de entidade e abrangência geográfica, este trabalho contribui para que os normatizadores dos padrões contábeis e reguladores dos mercados de capitais certifiquem-se dos reais impactos que a aplicabilidade da IFRS 9 tem na qualidade das informações contábeis, já que estudos indicam que um menor nível de gerenciamento de resultados retrata um aumento na qualidade das informações contábeis (Formigoni, Antunes, Paulo, & Pereira, 2012; Silva, Weffort, Flores, & Silva, 2014; Cunha, Leite, & Morás, 2019).

Para a realização dos testes empíricos, foi estimado um modelo em dados em painéis, utilizando dados anuais de 333 empresas não financeiras da América Latina, listadas no *MSCI Emerging Markets Index*, índice de classificação do país como emergente, compreendendo 6 países listados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, e Peru), totalizando 1.024 observações (entidade-ano).

Os resultados dos testes empíricos evidenciaram uma associação entre a proxy das despesas com PDD e o lucro líquido ajustado das entidades não financeiras, demonstrando que estas utilizaram a discricionariedade no reconhecimento das perdas de crédito com o propósito de suavizar os seus resultados. Os achados indicam, ainda, que esse comportamento é mais relevante nas observações relativas ao período de vigência da IFRS 9 e entre entidades com maior relevância de ativos financeiros.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Gerenciamento de resultados**

O gerenciamento de resultados pela administração das entidades pode resultar de atos não discricionários – inerentes às atividades da empresa e, portanto, não gerenciados – como também de decisões discricionárias. Watts e Zimmerman (1986) destacam que os gestores, ao decidirem quais informações reportar, nem sempre utilizam de escolhas imparciais, mas direcionadas, por vezes, a atingir incentivos econômicos que maximizem a utilidade esperada de

uma das partes interessadas, fazendo escolhas de métodos alternativos que podem afetar o resultado da companhia. Na mesma linha de entendimento, Bushman, Engel e Smith (2006) afirmam que os gestores podem, inclusive, escolher normas contábeis para maximizar sua própria utilidade esperada, gerenciando os resultados de modo oportunista e dificultando o monitoramento das decisões.

A busca por entender as causas e consequências do gerenciamento de resultados tem atraído muitos pesquisadores e profissionais da área contábil (Dechow et al., 2012). Martinez (2008), por exemplo, identificou, no mercado brasileiro, que o gerenciamento de resultados por *accruals* é realizado para, possivelmente, evitar reportar perdas, manter o desempenho pela suavização de resultados, a fim de reduzir a variação do lucro, ou, até mesmo, para piorar o resultado presente em prol de resultados futuros. Paulo e Mota (2019) identificaram que estratégias de gerenciamento de resultados contábeis, sejam por meio dos *accruals* discricionários ou por decisões operacionais, são impactadas pelo ambiente econômico. Essas evidências corroboram que os resultados das companhias estão sujeitos ao ambiente em que estão inseridas, às suas características e às motivações dos gestores.

É comum modelos de gerenciamento contábeis avaliarem a ocorrência por meio de *accruals* ou por decisões operacionais (Zang, 2012). Os *accruals* podem ser considerados relevante fonte de informação aos usuários da contabilidade, visto que possibilitam identificar estratégias dos gestores e alertar sobre possíveis reversões de resultados futuros (Dechow et al., 2012). Já por meio das decisões operacionais, o gerenciamento está relacionado a investigar atividades reais, como o nível anormal de produção ou de despesas operacionais (Zang, 2012).

Além de mecanismos distintos para gerenciamento de resultados, a literatura aborda diferentes modelos de identificação dessa prática por meio dos *accruals*, que vão desde modelos genéricos de *accruals* totais aos modelos adotados para *accruals* específicos. O modelo de gerenciamento de resultados de *accruals* específicos, segundo Martinez (2006), tem a finalidade de avaliar como algumas contas oscilam em comparação a determinada variável selecionada como proxy, bem como estimar o grau de variabilidade para diagnosticar a presença de *income smoothing*, conhecido como suavização de resultados.

Dentre as variáveis específicas analisadas em estudos anteriores, particularmente em instituições financeiras, destaca-se a PDD (Dantas et al., 2017; Silva et al., 2018). Algumas evidências documentam o uso da PDD para fins de suavização de resultados, tais como: Fonseca e Gonzalez (2008) investigaram os determinantes da suavização de resultados por meio do uso da PDD de carteiras de empréstimos em bancos de 40 países, identificando que fatores como a proteção ao investidor, divulgação de informações, regulações e supervisões, estrutura e desenvolvimento financeiro são determinantes da suavização de resultados nessas instituições. Ozili e Arun (2018) examinaram se o uso da provisão para perdas de créditos difere entre bancos globais e não globais sistemicamente importantes, constatando maior suavização de resultados nos bancos globais que têm empréstimos inadimplentes substanciais, maiores lucros e que possuem provisões para perdas de créditos prospectivas; e Di Fabio, Ramassa e Quagli

(2021) identificaram que o monitoramento dos reguladores aumenta a suavização de resultados mediante o uso da PDD de carteiras de empréstimos complexos em bancos europeus.

Assim, de acordo com a literatura destacada, a conta de PDD pode ser comumente usada pelos gestores para suavizar os lucros. Em consequência, a abordagem da PDD, tanto pelo modelo de perdas incorridas, quanto pelo modelo de perdas esperadas, pode ser influenciada pelo gerenciamento de resultados (Cunha, Galdi, & Dantas, 2019). A partir disso, é natural se esperar que as entidades não financeiras também possam utilizar a discricionariedade implícita no reconhecimento da provisão para perdas associadas a risco de crédito para a prática do gerenciamento de resultados, o que dá suporte à seguinte hipótese, a ser testada empiricamente:

**H<sub>1</sub>:** As entidades não financeiras dos mercados de capitais latino-americanos usam a discricionariedade no reconhecimento da provisão para perdas associadas a risco de crédito para a prática do gerenciamento de resultados.

## 2.2 Perdas incorridas versus perdas esperadas

As perdas por *impairment* associadas a risco de crédito de instrumentos financeiros são abordadas por dois distintos modelos: o de perdas incorridas, previsto pela revogada IAS 39, com vigência até 2017; e o de perdas esperadas, disciplinado na IFRS 9, vigente a partir de 2018.

O modelo de perdas incorridas, amplamente tratado na literatura como o modelo *backward-looking*, considera os fatos e as circunstâncias anteriores à data das demonstrações (Bouvatier & Lepetit, 2012). Essa abordagem, acrescenta Camfferman (2015), restringe o reconhecimento de perdas a situações em que existam evidências objetivas de que “eventos de perdas” (grifo do autor) tenham ocorrido, isto é, resultante de eventos passados.

Para Dantas et al. (2017), a funcionalidade do modelo de perdas incorridas em épocas de crise é discutível, tendo em vista que as crises influenciam de forma direta a solvência dos instrumentos sujeitos a risco de crédito, resultando no reconhecimento de elevados montantes de perdas, fenômeno caracterizado como pró-ciclicidade. Nesse sentido, como resposta à crise financeira de 2008, a IFRS 9 instituiu o modelo de perdas esperadas, também conhecido como *forward-looking*, o qual, conforme Bourvatier e Lepetit (2012), é construído por meio de verificações de tendências.

De acordo com a IFRS 9, as entidades devem reconhecer provisão para perdas de crédito esperadas nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que Bernert et al. (2019) subdivide em: recebíveis comerciais, ativos contratuais, recebíveis de arrendamento, e investimentos em títulos de dívida e empréstimos concedidos, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Bernert et al. (2019) afirmam que, com o modelo de perdas de crédito esperadas, não se considera mais adequado aguardar a confirmação do evento de perda para reconhecê-la, exemplificando que não é mais apropriado

aguardar a inadimplência de um cliente para que a perda de crédito seja registrada. Assim, as perdas serão contabilizadas mais cedo, em maiores volumes e ocasionando numa maior volatilidade em comparação aos montantes que eram reconhecidos de acordo com a norma anterior (Bernert et al., 2019).

Pesquisa desenvolvida pela KPMG (2014) também vislumbra a expectativa de que o modelo de perdas esperadas incorra no reconhecimento de maior PDD e, como consequência, estas serão igualmente mais voláteis. Dantas et al. (2017) corroboram, no que diz respeito ao aumento das perdas, encontrando evidências de que as estimações da PDD com base no modelo de perdas esperadas resultam em maiores níveis de provisão do que o evidenciado com base no modelo de perdas incorridas. Por outro lado, Alves, Bordin, Gonzales, e Santos (2020) não encontraram diferenças estatisticamente significativas na constituição da PDD, em decorrência da adoção do modelo de perdas esperadas (por força da obrigatoriedade da IFRS 9) nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica.

No tocante à volatilidade, é possível que os gestores se utilizem, em ambas as abordagens de modelo, da discricionariedade para suavizar os seus resultados, proporcionando a constância nos lucros das companhias e evitando a volatilidade do resultado, que sinalizaria maior percepção de risco aos investidores. Evidências empíricas nesse sentido foram documentadas por Silva et al. (2018) e Dantas, Borges, e Fernandes (2018), entre outros.

Quanto à comparação entre os dois modelos de perdas quanto à possibilidade de uso para fins de gerenciamento de resultados, Camfferman (2015) entende que o modelo de perdas esperadas abre mais espaço para essa prática, exatamente por envolver mais subjetividade na sua mensuração. Exatamente com esse foco, Cinegaglia (2019) verificou, em alguns bancos brasileiros e estrangeiros, se o aumento da discricionariedade proporcionada pela IFRS 9 impacta maior gerenciamento de resultados por meio da perda de crédito. Apesar de o estudo não encontrar evidências para inferir que há um maior gerenciamento de resultados após a IFRS 9, demonstra que os gestores se baseiam no lucro e nas oportunidades proporcionadas pela nova norma para gerenciar resultados mediante a PDD.

Adicionalmente, as pesquisas de Hashim, Li, e O'Hanlon (2019) e de Giner e Mora (2019) destacam uma nova era no reconhecimento de provisões para perdas de créditos pelo modelo de perdas esperadas, considerando que a adoção da IFRS 9 deixa espaço para um gerenciamento na estimativa de provisões.

Nesse sentido, espera-se que o gerenciamento de resultados seja impactado pela adoção do novo modelo de perdas de risco de crédito em instrumentos financeiros, em decorrência da transição da IAS 39 para a IFRS 9. Considerando que o modelo de perdas esperadas, adotado pela IFRS 9, amplia o nível de julgamento e discricionariedade (Dantas et al., 2017; Cunha, Galdi, & Dantas, 2019), propiciando mais oportunidade para o gerenciamento de resultados (Camfferman, 2015), formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**H<sub>2</sub>:** As entidades não financeiras dos mercados de capitais latino-americanos aumentaram a prática do gerenciamento de resultados com o uso da provisão

para perdas associadas a risco de crédito, após a adoção do modelo de perdas esperadas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 População e amostra

A amostra do estudo corresponde às empresas não financeiras listadas nas principais bolsas de valores dos países da América Latina classificadas no Morgan Stanley Capital International (MSCI) para países emergentes, índice conhecido como *MSCI Emerging Markets Index* – calculado em dólares e ajustado pela liquidez e capitalização de mercado dos ativos. O índice considera fatores quantitativos e qualitativos para classificação do país como emergente, a exemplo do desempenho econômico, mudanças sustentáveis no desenvolvimento dos mercados acionários, capitalização e liquidez de mercado, níveis de regulação e acessibilidade dos investidores nesses mercados (MSCI, 2020).

Assim, considerando a relevância das características do índice, dentre os 24 países em mercados emergentes que o compõe, encontram-se 6 países latino-americanos, quais sejam: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. A amostra decorre da população de empresas com capital aberto e ações negociadas em bolsas de valores, com dados anuais, entre o período de 2016 a 2019, pertencentes a diversos setores de atividade econômica.

Da amostra inicial foram excluídas as entidades com ausência de informações na base de dados para as variáveis necessárias à realização da pesquisa. Após este tratamento, a amostra final ficou com 1.024 observações.

Os dados contábeis utilizados na presente pesquisa para composição das variáveis foram coletados na base de dados da Thomson Reuters e no sítio do *International Monetary Fund* (IMF), referentes ao período de 2016 a 2019 – período que compreende dois anos antes e dois anos após a implantação da IFRS 9, de forma a contemplar igual período de dados para os modelos de perdas incorridas e perdas esperadas, respectivamente.

#### 3.2 Definição do modelo

Para testar as hipóteses **H<sub>1</sub>** e **H<sub>2</sub>**, foi desenvolvido o modelo (3.1) de *accruals* específicos relativos à provisão para perdas associadas a risco de crédito, adaptado de Martinez (2006), por proporcionar oportunidade de desenvolver uma modelagem mais compatível e adequada ao problema avaliado.

$$\begin{aligned} \Delta PDD_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 LLAj_{it} + \alpha_2 IFRS9_{it} + \alpha_3 AFsup_{it} + \alpha_4 LLAj_{it} * IFRS9_{it} \\ & + \alpha_5 LLAj_{it} * AFsup_{it} + \alpha_6 LLAj_{it} * IFRS9_{it} * AFsup_{it} \\ & + \alpha_7 IFRS9_{it} * AFsup_{it} + \alpha_8 AF_{it} + \alpha_9 Tam_{it} + \alpha_{10} PDDac_{it-1} \\ & + \alpha_{11} PIB_t + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (3.1)$$

O modelo de regressão linear (3.1) foi definido conforme a literatura relacionada, visando a capturar a eventual relação de causa e efeito entre a variação da conta de provisões para devedores duvidosos ( $\Delta PDD$ ) e as variáveis independentes, em especial a  $LLAj$  e suas interações com as dummies IFRS9 e  $AFsup$ , que são variáveis de interesse para a identificação da prática de gerenciamento de resultados. Ademais, foram selecionadas variáveis de controle que podem contribuir no poder explicativo da variável dependente do modelo ( $\Delta PDD$ ) na estimação do modelo (3.1), funcionando como uma espécie de robustez para os achados empíricos. A Tabela 1 apresenta as descrições das variáveis e a literatura relacionada a cada variável inserida no modelo (3.1).

**Tabela 1**

Descrição das variáveis do modelo (3.1)

Variáveis	Descrição	Fontes
$\Delta PDD_{it}$	É a variação da provisão para devedores duvidosos ( <i>proxy</i> das despesas com perdas associadas a risco de crédito) reconhecida pela entidade $i$ no período $t$ , dividida pelos ativos totais do início do período.	Adaptado de Martinez (2006) e Dantas, Borges, e Fernandes (2018)
$LLAj_{it}$	É o lucro líquido ajustado da empresa $i$ no período $t$ , excluindo-se a variação com PDD, dividida pelos ativos totais do início do período.	Adaptado de Martinez (2006) e Dantas, Borges, e Fernandes (2018)
$IFRS9_{it}$	É uma variável <i>dummy</i> , que assume 1 (um) para os períodos após a vigência da IFRS 9 e 0 (zero) em caso contrário.	Dantas et al. (2017)
$AFsup_{it}$	É uma variável <i>dummy</i> , representativa das entidades com maior participação de instrumentos financeiros sujeitos ao registro de provisão para perdas associadas a risco de crédito, em relação aos ativos totais, assumindo 1 (um) para as empresas com participação dos ativos financeiros na estrutura patrimonial acima da mediana e 0 (zero) em caso contrário.	–
$AF_{it}$	É a soma dos ativos financeiros suscetíveis ao reconhecimento de provisão para perdas associadas a risco de crédito da empresa $i$ no período $t$ , divididos pelos ativos totais do início do período.	–
$Tam_{it}$	É o logaritmo natural dos ativos totais, variável representativa do porte da empresa $i$ no período $t$ .	–
$PDDac_{it-1}$	É o saldo acumulado da provisão para devedores duvidosos da empresa $i$ no período $t-1$ , dividido pelo total de ativos do início do período.	Silva et al. (2018)
$PIB_t$	É taxa de variação no produto interno bruto (PIB) do país no período $t$ .	Dantas et al. (2018) e Silva et al. (2018)

Fonte: Elaborada pelos autores.

A utilização da variação da PDD como *proxy* das despesas líquidas com provisões para devedores duvidosos ( $\Delta PDD$ ) é justificada devido à indisponibilidade de informações específicas na base de dados. Acerca da variação positiva (negativa) da PDD, interpreta-se que houve aumento (redução) no saldo da provisão acumulada, traduzindo despesas (ganhos com reversão) líquidas com provisão para perdas associadas a risco de crédito.

Para a confirmação da perspectiva de gerenciamento de resultados por meio da provisão para perdas associadas a risco de crédito (**H<sub>1</sub>**), espera-se que o coeficiente da variável *LLAj* ( $\alpha_1$ ) seja positivo e significativo. A expectativa é que quanto maior (menor) o resultado antes dos efeitos da provisão para perdas, maior (menor) o reconhecimento de despesas líquidas com essas provisões. Assim, em períodos de resultados maiores, as companhias podem ser motivadas a criar, discricionariamente, uma espécie de reserva ("colchão") na conta de PDD, a ser revertida nos períodos em que a *performance* da empresa está mais comprometida, tendo como consequência o alisamento (relativa estabilidade) do lucro reportado (Dantas, Borges, & Fernandes, 2018).

No tocante à variável *IFRS9*, estudos indicam que os níveis de provisões para devedores duvidosos devem ser maiores quando da adoção do modelo de perdas esperadas (Dantas et al., 2017). Porém, não necessariamente isso implica dizer que o volume de despesas reconhecidas no resultado – a variável dependente do modelo (3.1) – será maior, ou consistentemente maior, visto que o nível de provisão não depende apenas do risco de crédito da carteira, mas também do estoque de instrumentos financeiros sujeito à provisão para perdas. Ou seja, é possível que o risco de crédito de uma companhia seja maior quando da aplicação da IFRS 9, mas que o montante de ativos financeiros tenha reduzido. Desse modo, não há uma expectativa específica de sinal para a variável *IFRS9*. A interação dessa variável com o lucro líquido ajustado (*LLAj \* IFRS9*) tem a finalidade de testar se, após a adoção do modelo de perdas esperadas, foi registrado aumento na prática do gerenciamento de resultados com o uso da provisão para perdas (**H<sub>2</sub>**). Uma derivação para teste dessa hipótese avalia se esses efeitos de maior gerenciamento de resultados no período pós-IFRS 9 estariam concentrados nas entidades com maior participação (acima da mediana) de ativos financeiros sujeitos a provisão para perdas por risco de crédito (*LLAj \* IFRS9 \* AFsup*). Assim, a confirmação da hipótese **H<sub>2</sub>** é condicionada a que os coeficientes  $\alpha_4$  e/ou  $\alpha_6$  sejam positivos, significantes e maiores que  $\alpha_1$ .

Além das variáveis de interesse, foram incorporadas variáveis de controle para capturar os efeitos do estoque de instrumentos sujeitos à provisão para perdas de crédito (*AF*), do porte das entidades (*Tam*), dos valores acumulados a título de PDD até o período anterior (*PDDac*) e do nível de atividade econômica (*PIB*) do país de origem da entidade no comportamento da variável dependente ( $\Delta PDD$ ).

No caso da variável *AF*, é esperado, inicialmente, que quanto maior a proporção de ativos financeiros sujeitos ao provisionamento para perdas de crédito, maior deve ser o reconhecimento das despesas líquidas correspondentes a essas perdas. De forma complementar a esse entendimento, para a variável representativa do porte das empresas (*Tam*), também é esperada relação positiva com a variável dependente, considerando a premissa de que entidades maiores têm mais condições de capital de giro para manter carteira mais relevante de recebíveis, o que deve se refletir em mais provisão para perdas com devedores duvidosos.

O saldo acumulado da provisão para créditos de liquidação duvidosa do período anterior (*PDDac*) pode ter influência na constituição de novas perdas, considerando o risco já existente da carteira de clientes, ou mesmo pode estar

relacionada ao comportamento discricionário dos gestores. Conforme expectativa e evidências apresentadas por Silva et al. (2018), espera-se que as provisões acumuladas do início do período apresentem uma relação positiva, considerando uma possível tendência de aumento das perdas quando do aumento do saldo das operações financeiras que envolvam risco de crédito. Por outro lado, considerando a premissa de que as provisões acumuladas até o período anterior contêm elementos de discricionariedade do gestor, seria razoável supor que quanto maior o nível de provisionamento acumulado, menor será a necessidade de novas provisões, dado o “colchão” acumulado. Assim, seria razoável uma relação negativa entre as variáveis.

Por fim, o PIB do país de origem da empresa representa uma variável macroeconômica, representativa do nível de crescimento econômico. Espera-se, nesse caso, relação negativa com a proxy das despesas líquidas com provisão para perdas, considerando que, em períodos de maior (menor) crescimento econômico, o risco de crédito dos clientes das companhias diminui (aumenta), em linha com o previsto por Dantas et al. (2018) e Silva et al. (2018).

## **4 RESULTADOS**

Nesta seção, os resultados empíricos do estudo são apresentados e discutidos em duas etapas: (i) estatísticas descritivas; e (ii) estimação do modelo e teste das hipóteses.

### **4.1 Estatísticas Descritivas**

A primeira etapa dos testes empíricos consiste na mensuração das variáveis do modelo (3.1), cujas estatísticas descritivas são destacadas na Tabela 2.

**Tabela 2**

Estatísticas descritivas das variáveis contínuas do modelo (3.1)

Variáveis	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<b>Painel A: período 2016 a 2019</b>					
$\Delta PDD$	0.00116	0.00008	0.00547	-0.01333	0.02874
$LLAj$	0.04313	0.03900	0.09514	-0.31871	0.39147
$AF$	0.17179	0.13832	0.13490	0.01041	0.75650
$Tam$	9.03125	9.01763	0.71712	7.30076	10.49975
$PDDac$	0.00984	0.00357	0.01635	0.00000	0.09481
$PIB$	0.00929	0.01300	0.02071	-0.03300	0.04100
<b>Painel B: período pré-IFRS 9</b>					
$\Delta PDD$	0.00123	0.00020	0.00506	-0.01333	0.02874
$LLAj$	0.04724	0.04075	0.10319	-0.31871	0.39147
$AF$	0.18551	0.14854	0.14502	0.01041	0.75650
$Tam$	9.01764	8.99007	0.72073	7.30076	10.49975
$PDDac$	0.00884	0.00333	0.01458	0.00000	0.09481
$PIB$	0.00770	0.01300	0.02287	-0.03300	0.04100
<b>Painel C: período pós-IFRS 9</b>					
$\Delta PDD$	0.00110	0.00000	0.00583	-0.01333	0.02874
$LLAj$	0.03929	0.03711	0.08686	-0.31871	0.39147
$AF$	0.15894	0.13403	0.12345	0.01041	0.75650
$Tam$	9.04399	9.02915	0.71417	7.30076	10.49975
$PDDac$	0.01077	0.00401	0.01782	0.00000	0.09481
$PIB$	0.01078	0.01100	0.01836	-0.02500	0.04000

Notas:  $\Delta PDD$  é a variação da provisão para devedores duvidosos (proxy das despesas com perdas associadas a risco de crédito);  $LLAj$  é o lucro líquido ajustado, excluindo-se a variação com PDD;  $IFRS9$  é uma variável *dummy*, que assume 1 (um) para os períodos após a vigência da IFRS 9 e 0 (zero) em caso contrário;  $AFsup$  é uma variável *dummy*, representativa das entidades com maior participação de instrumentos financeiros sujeitos ao registro de provisão para perdas associadas a risco de crédito, em relação aos ativos totais, assumindo 1 (um) para as empresas com participação dos ativos financeiros na estrutura patrimonial acima da mediana e 0 (zero) em caso contrário;  $AF$  é a soma dos ativos financeiros suscetíveis ao reconhecimento de provisão para perdas associadas a risco de crédito;  $Tam$  é a variável representativa do porte da empresa;  $PDDac$  é o saldo acumulado da provisão para devedores duvidosos;  $PIB$  é taxa de variação no produto interno bruto do país. Estatísticas descritivas das variáveis contínuas, winsorizadas a 1%.

Fonte: Elaborada pelos autores.

De início, é importante ressaltar que uma das características observadas nas estatísticas descritivas das variáveis é a amplitude da dispersão verificada, mesmo considerando a winsorização a 1% para tratamento dos *outliers*. Isso pode ser explicado por fatores como (i) a heterogeneidade da amostra, ao contemplar empresas de diversos segmentos não financeiros e de seis países diferentes; e (ii) aos efeitos da própria alteração dos padrões contábeis examinados no presente estudo. Destaca-se, também, que os valores mínimo e máximo das variáveis, exceto  $PIB$ , são iguais no período pré e pós-IFRS 9, devido à winsorização ter abrangido dados das variáveis contínuas de ambos os períodos.

Os valores positivos para as medidas de tendência central (média e mediana) da variável  $\Delta PDD$  revelam a predominância de reconhecimento de

despesas (comparativamente às reversões) com provisões para perdas associadas a risco de crédito, com valor médio anual equivalente a 0,12% dos ativos totais. Essa predominância é também observada no período pré e pós-IFRS 9, sendo o reconhecimento de despesas menor no período pós-IFRS 9 (comparativamente ao período pré-IFRS 9).

Para a variável  $LLAj$ , observa-se que as empresas da amostra registraram retorno sobre os ativos, antes dos efeitos da provisão para perdas associadas a risco de crédito, em torno de 4% ao ano, entre 2016 e 2019, ressaltando-se a acentuada dispersão entre os dados. Quando comparados os períodos pré e pós-IFRS 9, verifica-se um menor retorno sobre os ativos quando da vigência da IFRS 9, comportamento similar ao do reconhecimento de despesas.

No que diz respeito à participação dos ativos financeiros sujeitos à provisão para perdas associadas a risco de crédito (AF), identifica-se que representam cerca de 17,2% dos ativos totais das empresas não financeiras que constituem a amostra, variando entre 1,0% e 75,6%. Nos períodos comparativos da vigência da IFRS 9, verifica-se, novamente de forma similar ao reconhecimento de despesas ( $\Delta PDD$ ) e ao retorno sobre os ativos ( $LLAj$ ), que a participação dos ativos financeiros em relação aos ativos totais foi menor no período pós-IFRS 9.

Por fim, as estatísticas da variável  $PDDac$  evidenciam que as provisões para perdas associadas a risco de crédito representam, em média, 0,98% dos ativos totais, com influência de valores extremos, considerando que a mediana é bem inferior – cerca de um terço da média. Quando segregados os dois períodos (pré e pós-IFRS 9), identifica-se que as provisões acumuladas do início do período são maiores na vigência da IFRS 9.

## 4.2 Estimação do modelo e teste das hipóteses

Preliminarmente à estimação do modelo (3.1), foram realizados testes para identificar o método que melhor se adaptava aos dados – efeitos aleatórios, efeitos fixos ou *pooled ordinary least squares* (POLS). Inicialmente, foi realizado o teste de Chow, que permite verificar se a modelagem em painel é adequada para os dados (Fávoro & Belfiore, 2017), além de se destinar a averiguar a adequação do modelo POLS em relação ao modelo de efeito fixo. Os resultados apontaram que o modelo de efeitos fixos seria o mais adequado ( $F = 1,84$  e  $p\text{-valor} = 0,0000$ ). Sequencialmente, em conformidade com Gujarati e Porter (2011), foi realizado o teste de Hausman, que compara se o modelo de efeitos aleatórios oferece estimativas dos parâmetros mais consistentes do que o modelo de efeitos fixos. Com a rejeição da hipótese nula,  $\text{Chi}^2 = 188,18$  ( $p\text{-valor} = 0,000$ ), os estimadores de efeitos fixos são considerados mais eficientes.

Foram avaliados, sobretudo, os pressupostos básicos, que compreenderam os tratamentos estatísticos de heterocedasticidade, autocorrelação e normalidade. O teste de Wooldridge, destinado a averiguar a autocorrelação dos resíduos, revelou  $F = 5,364$  ( $p\text{-valor} = 0,0214$ ), demonstrando a não existência de autocorrelação dos resíduos. Para testar a homocedasticidade dos resíduos, foi utilizado o teste de Wald, que demonstrou a não existência de heterocedasticidade. Apesar de os testes estatísticos, por meio do teste de Shapiro-Francia, terem rejeitado a hipótese nula de normalidade, considera-se

que a amostra possui grande número de observações, o que justifica a normalidade como assintótica, respaldada no teorema central do limite (Wooldrige, 2014). Não foi detectada presença de multicolinearidade, considerando que os testes do Fator de Inflação de Variância (VIF) foram inferiores a 10.

Assim, considerando que o modelo de efeito fixo é considerado o mais apropriado e os pressupostos averiguados terem sido satisfeitos, foi estimado o modelo (3.1), combinando o uso de dados com e sem winsorização e com a utilização ou não das variáveis de controle. Os resultados são consolidados na Tabela 3.

**Tabela 3**

Estimação do modelo (3.1), para identificação do gerenciamento de resultados, por meio da PDD, pelas companhias latino-americanas de capital aberto – 2016 a 2019.

<b>Modelo:</b> $\Delta PDD_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 LLAj_{it} + \alpha_2 IFRS9_{it} + \alpha_3 AFsup_{it} + \alpha_4 LLAj_{it} * IFRS9_{it} + \alpha_5 LLAj_{it} * AFsup_{it} + \alpha_6 LLAj_{it} * IFRS9_{it} * AFsup_{it} + \alpha_7 IFRS9_{it} * AFsup_{it} + \alpha_8 AF_{it} + \alpha_9 Tam_{it} + \alpha_{10} PDDac_{it-1} + \alpha_{11} PIB_t + \varepsilon_{it}$				
Variáveis	Variável dependente: RLP			
	(1)	(2)	(3)	(4)
C	0.00050 (0.51)	<b>-0.06067**</b> <b>(-2.32)</b>	0.00035 (0.69)	<b>-0.03838**</b> <b>(-2.53)</b>
LLAj	0.01219 (1.16)	<b>0.01500*</b> <b>(1.72)</b>	<b>0.01053*</b> <b>(1.78)</b>	<b>0.01105**</b> <b>(2.01)</b>
IFRS9	0.00012 (0.12)	-0.00013 (-0.14)	0.00008 (0.15)	0.00004 (0.08)
AFsup	0.00065 (0.43)	0.00058 (0.46)	<b>0.00136*</b> <b>(1.71)</b>	0.00065 (0.83)
LLAj * IFRS9	-0.01225 (-1.15)	<b>-0.01485*</b> <b>(-1.67)</b>	-0.01003 (-1.55)	<b>-0.01222**</b> <b>(-2.02)</b>
LLAj * AFsup	-0.00496 (-0.46)	-0.01280 (-1.42)	-0.00517 (-0.81)	<b>-0.01038*</b> <b>(-1.74)</b>
LLAj * IFRS9 * AFsup	<b>0.05740***</b> <b>(4.11)</b>	<b>0.04819***</b> <b>(4.17)</b>	<b>0.02558***</b> <b>(3.14)</b>	<b>0.02670***</b> <b>(3.53)</b>
IFRS9 * AFsup	<b>-0.00285*</b> <b>(-1.90)</b>	-0.00143 (-1.15)	<b>-0.00130*</b> <b>(-1.65)</b>	-0.00068 (-0.92)
AF		0.00260 (0.80)		<b>0.00729**</b> <b>(2.56)</b>
Tam		<b>0.00742**</b> <b>(2.54)</b>		<b>0.00447***</b> <b>(2.64)</b>
PDDac		<b>-0.59737***</b> <b>(-17.96)</b>		<b>-0.24589***</b> <b>(-9.90)</b>
PIB		0.00085 (0.05)		-0.01560 (-1.60)
N	1.024	1.024	1.024	1.024
R <sup>2</sup> within	0.0522	0.3646	0.0367	0.1862
R <sup>2</sup> between	0.0011	0.0796	0.0029	0.1563
R <sup>2</sup> overall	0.0277	0.0028	0.0216	0.0147
Estatística F	5,39	35,47	3,72	14,14
Prob(F-stat)	0.0000	0.0000	0.0006	0.0000

Notas: As colunas (1) e (2) apresentam os resultados da estimação da Equação 1 sem winsorização das variáveis contínuas. As colunas (3) e (4) apresentam os resultados da

---

estimação da Equação 1 com winsorização das variáveis contínuas a 1% em níveis superiores e inferiores. Variáveis:  $\Delta PDD$  é a variação da provisão para devedores duvidosos (proxy das despesas com perdas associadas a risco de crédito);  $LLAj$  é o lucro líquido ajustado, excluindo-se a variação com PDD;  $IFRS9$  é uma variável *dummy*, que assume 1 (um) para os períodos após a vigência da IFRS 9 e 0 (zero) em caso contrário;  $AFsup$  é uma variável *dummy*, representativa das entidades com maior participação de instrumentos financeiros sujeitos ao registro de provisão para perdas associadas a risco de crédito, em relação aos ativos totais, assumindo 1 (um) para as empresas com participação dos ativos financeiros na estrutura patrimonial acima da mediana e 0 (zero) em caso contrário;  $AF$  é a soma dos ativos financeiros suscetíveis ao reconhecimento de provisão para perdas associadas a risco de crédito;  $Tam$  é a variável representativa do porte da empresa;  $PDDac$  é o saldo acumulado da provisão para devedores duvidosos;  $PIB$  é taxa de variação no produto interno bruto do país. \*\*\* Significante a 1%, \*\* a 5% e \* a 10%.

---

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados reportados na Tabela 3 revelam que a relação entre a variação da PDD ( $\Delta PDD$ ), proxy das despesas líquidas com perdas associadas a risco de crédito, e o lucro líquido antes do reconhecimento dessas perdas ( $LLAj$ ) se mostrou positiva e estatisticamente relevantes nas estimações 2, 3 e 4. Os resultados indicam que as empresas não financeiras usam a discricionariedade no reconhecimento da PDD para gerenciar resultados, aproveitando momentos de resultados maiores para criar uma espécie de reserva na PDD a ser revertida em períodos futuros com resultados menores, promovendo sua suavização, de forma a comunicar relativa estabilidade do lucro reportado e menor percepção de risco de *performance* aos investidores. Esses achados suportam a hipótese  $H_1$  e não difere dos encontrados por Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2011), Dantas, Borges e Fernandes (2018), Silva et al. (2018) e Ozili e Arun (2018) em relação às entidades financeiras. Os achados desta pesquisa também são consistentes com os de Martinez (2006), que identificou relação positiva e significativa entre a  $\Delta PDD$  e o  $LLAj$ .

Para as variáveis *dummies*  $IFRS9$  e  $AFsup$ , não foram encontradas relações relevantes com a variável dependente, proxy de despesas líquidas com provisão para perdas associadas a risco. No caso da  $IFRS9$ , confirmam-se as expectativas discutidas na seção 3.2, no sentido de que mesmo com a premissa de que a adoção do modelo de perdas esperadas previsto na IFRS 9 deve resultar em um aumento do nível de provisão para perdas, isso não necessariamente se refletirá nas despesas líquidas com provisão, tendo em vista que esta depende não apenas do risco reconhecido, mas do próprio estoque de instrumentos financeiros sujeitos a provisionamento. Deste modo, os achados desta pesquisa corroboram as evidências de Alves et al. (2020), que não encontraram evidências estatisticamente significantes de que a constituição da PDD é maior quando estimadas pelo modelo de perdas esperadas (IFRS 9) do que quando estimadas com base no modelo de perdas incorridas (IAS 39).

Em relação à variável  $AFsup$ , em apenas uma das quatro estimações, e com relevância pouco expressiva, foi encontrada relação com a variável dependente. O conjunto dos resultados sugere que não é possível afirmar que haja maior reconhecimento de despesas com provisão, em termos proporcionais, no caso das empresas que detenham maior participação de instrumentos financeiros sujeitos à provisão em sua estrutura patrimonial. O que se espera é que em companhias onde esses instrumentos financeiros sejam mais relevantes haja

uma avaliação de risco mais profunda. Em termos práticos, porém, a maior adequação do modelo de avaliação não necessariamente significa maior ou menor provisão.

Confirmada a hipótese de que as entidades não financeiras utilizam a provisão para perdas associadas a risco de crédito, a etapa consistiu em avaliar se a adoção da IFRS 9 teria afetado essa prática. Para esse propósito, foram consideradas duas variáveis de interação: a primeira considera as observações relativas ao período de vigência da IFRS 9 ( $LLAj * IFRS9$ ); e a segunda, além de restringir as informações ao período de vigência do modelo de perdas esperadas, considera apenas as entidades com maior participação de ativos financeiros sujeitos à provisão para perdas ( $LLAj * IFRS9 * AFsup$ ).

Em relação à primeira dessas variáveis de interação de interesse ( $LLAj * IFRS9$ ), os resultados apresentam ausência de significância estatística em duas estimações e relação negativa em outras duas, com significância estatística não muito relevante. Esses resultados demonstram que há poucas evidências de que a adoção da IFRS 9, em si, aumentou a prática do gerenciamento de resultados por parte das entidades não financeiras da América Latina. Os achados deste estudo são semelhantes aos de Cinegaglia (2019), que também encontrou relação negativa entre a interação do lucro com a IFRS9, indicando que a adoção da IFRS 9, em si, não aumentou a prática do alisamento de resultados com o uso da provisão para perdas associadas a risco de crédito.

Ao isolar os efeitos da adoção da IFRS 9 aos casos de entidades com maior participação (acima da mediana) dos instrumentos financeiros sujeitos à provisão para perdas associadas a risco de crédito ( $LLAj * IFRS9 * AFsup$ ), porém, os resultados demonstram que em todas as estimações testadas foi constatada relação positiva com a proxy das despesas líquidas com provisão para perdas associadas a risco de crédito. Essa relação confirma a prática do gerenciamento de resultados no período pós-IFRS 9, por parte das entidades com maior participação de instrumentos financeiros sujeitos à provisão. O fundamento para esse resultado é que entidades com maior participação de instrumentos financeiros sujeitos à provisão para perdas de crédito têm maior possibilidade de usar esses *accruals* com o propósito do alisamento de resultados.

A confirmação da hipótese **H<sub>2</sub>** não depende apenas da confirmação da prática do gerenciamento de resultados no período de vigência do modelo de perdas esperadas, mas também da constatação de que isso se dá de forma mais relevante do que no período integral. Para esse fim, é constatado que, em todas as estimações, tanto a significância estatística quanto os coeficientes dessa interação ( $LLAj_{it} * IFRS9_{it} * AFsup_{it}$ ) são positivos e maiores que os coeficientes  $LLAj_{it}$ . Os achados denotam que quando se isolam os efeitos da vigência da IFRS 9 entre empresas que possuem maior relevância de instrumentos financeiros sujeitos à provisão, a prática do gerenciamento de resultados por meio da PDD existe e é maior do que quando analisado todo o período e todas as companhias.

A combinação desses resultados demonstra, portanto, que a hipótese **H<sub>2</sub>** de que as entidades não financeiras latino-americanas aumentaram a prática do gerenciamento de resultados com o uso da provisão para perdas associadas a risco de crédito após a adoção do modelo de perdas esperadas só é confirmada quando se consideram exclusivamente os dados das empresas com

maior participação de instrumentos financeiros sujeitos à provisão. A premissa subjacente de que a maior subjetividade implícita na mensuração das perdas esperadas em relação às perdas incorridas, em si, não é suficiente para determinar a prática do gerenciamento de resultados de forma mais incisiva, o que depende, também, da relevância da carteira de recebíveis. Ou seja, os dois fatores são importantes para a prática do gerenciamento de resultados.

Para avaliar se os resultados encontrados em relação ao coeficiente  $\alpha_6$  não seria determinado exclusivamente pela variável  $AF_{sup}$ , foi testada a relação entre a associação da variável de interação  $LLAj * AF_{sup}$  e as despesas líquidas com provisão para perdas. Os resultados demonstram não haver evidências de gerenciamento de resultados nesse grupo de entidades, o que reforça os achados em relação ao coeficiente  $\alpha_6$ , ou seja, apenas quando combinada a vigência da IFRS 9 com a seleção das entidades com maior participação de instrumentos financeiros é que se constata o aumento da prática do gerenciamento de resultados. Isoladamente, nenhuma dessas variáveis é capaz de explicar essa prática.

Em relação às variáveis de controle, os testes demonstraram, como esperado, que quanto maior a participação dos ativos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas decorrentes de risco de crédito ( $AF$ ), maior o reconhecimento da *proxy* das despesas líquidas com essas provisões ( $\Delta PDD$ ), resultado semelhante aos achados de Martinez (2006) e Ozili e Arun (2018), que evidenciaram que os bancos aumentam suas provisões quando esperam maior inadimplência pela participação na quantidade de empréstimos.

Para a variável representativa do tamanho das companhias ( $Tam$ ), também foi encontrada associação positiva e significativa com as perdas de créditos, indicando a influência do porte das entidades no reconhecimento das perdas. Esses achados são semelhantes aos evidenciados por Anandarajan et al. (2003), os quais argumentaram que bancos maiores devem manter provisões mais altas devido aos seus níveis mais elevados de atividades de negócios. Potenciais explicações para esses achados podem ser especificados por questões como: companhias maiores têm mais condições (capital de giro) para aumentar sua carteira de recebíveis, o que deve se refletir em mais provisões; companhias maiores podem assumir operações com maior risco de crédito, o que ocasionaria mais provisões; companhias maiores podem adotar critérios contábeis mais rigorosos para a mensuração do risco de crédito. A identificação objetiva do fator que efetivamente justifica essa relação não está no escopo do presente estudo.

No caso do saldo acumulado da provisão para perdas de crédito ( $PDDac$ ) do período anterior, foi identificada relação negativa com as despesas líquidas com provisão para perdas ( $\Delta PDD$ ) no período corrente. Esses resultados contrariam os achados de Silva et al. (2018) e sugerem que as provisões acumuladas até o período anterior já conteriam algum grau de "colchão" discricionário que reduziria a necessidade de novas provisões no período corrente.

Por fim, não foi encontrada relação relevante entre o nível de atividade econômica ( $PIB$ ) e a *proxy* das despesas líquidas com provisão para perdas ( $\Delta PDD$ ), diferentemente dos resultados de Ozili e Arun (2018), que encontraram relação negativa entre essas variáveis, justificando que as provisões para perdas

tendem a ser mais altas durante as recessões e mais baixas durante períodos de crescimento econômico. Uma possível justificativa para a não constatação da esperada relação negativa entre essas variáveis – em períodos de maior (menor) crescimento econômico espera-se a redução (aumento) do risco de crédito nas operações, dados os efeitos do nível de atividade econômica nas condições econômico-financeiras dos clientes – pode estar associada à heterogeneidade não controlada do *PIB* entre os seis países que integram o estudo.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo avaliar se as empresas não financeiras de capital aberto na América Latina fazem uso do reconhecimento da PDD com a finalidade de gerenciamento de resultados. Este estudo foi motivado pela lacuna existente na literatura de pesquisas que avançassem no desenvolvimento de modelos empíricos para detectar práticas de gerenciamento de resultados por meio do uso específico da conta de PDD em empresas não financeiras, uma vez que esses estudos já são bem consolidados no contexto das instituições financeiras.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um modelo empírico, a partir da adaptação do modelo de Martinez (2006), proporcionou a identificação de importantes achados. Primeiro, identificou-se a ocorrência de gerenciamento de resultados por meio do uso da PDD, evidenciando a não rejeição da primeira hipótese levantada no estudo. Porém, ao isolar o lucro líquido ajustado do período pós-IFRS 9 de todas as companhias investigadas no estudo, verificou-se que não há aumento do gerenciamento resultados usando a PDD, suscitando a rejeição da segunda hipótese desta pesquisa.

Outro importante achado da pesquisa é que quando interagido o gerenciamento de resultados com os efeitos da IFRS 9 entre as empresas que possuem volume relevante de ativos financeiros, identifica-se o aumento do gerenciamento de resultados quando o modelo de perdas esperadas é adotado (IFRS 9). Isso pode indicar que quando há uma quantidade relevante de ativos financeiros, as empresas são estimuladas a usar a discricionariedade da PDD para aumentar (ou diminuir) os seus resultados na mesma direção.

Os resultados deste estudo contribuem para o avanço na literatura contábil de PDD e de gerenciamento de resultados, principalmente por utilizar um modelo empírico que pode subsidiar outras pesquisas que busquem identificar gerenciamento de resultados por meio de contas específicas em empresas não financeiras.

Como principais limitações, destaca-se o uso da variação da PDD como *proxy* da despesa líquida com PDD, uma vez que os achados anteriores, em instituições financeiras, normalmente utilizam as despesas com provisões para devedores duvidosos como variável dependente na investigação do *income smoothing* por meio da PDD, ao invés da variação da PDD. Portanto, sugere-se, para estudos futuros, o uso da despesa com PDD ao invés da variação, ampliando, inclusive, a amostra da pesquisa para os demais países que adotam a IFRS 9.

## REFERÊNCIAS

- Anandarajan, A., Hasan, I., & Lozano-Vivas, A. (2003). The Role of Loan Loss Provisions in Earnings Management, Capital Management, and Signaling: The Spanish experience. *Advances in International Accounting*, 16, 45–65. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0897-3660\(03\)16003-5](https://doi.org/10.1016/S0897-3660(03)16003-5).
- Alali, F., & Jaggi, B. (2010). Earnings versus capital ratios management: role of bank types and SFAS 114. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 36(1), 105-132. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11156-010-0173-4>
- Alves, A. T. A. R. B. A., Bordin, M. P. R., Gonzales, A., & Santos, F. A. (2020). The impact from adapting of the IFRS 9 (CPC 48) on expected credit losses (ECL) in Brazilian energy companies. *Revista Ambiente Contábil*, 12(1), 21-43. DOI: [10.21680/2176-9036.2020v12n1ID19616](https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n1ID19616)
- Beerbaum, D. (2015). Significant Increase in Credit Risk According to IFRS 9: Implications for Financial Institutions. *International Journal of Economics & Management Sciences*, 4-9. DOI: [10.4172/2162-6359.1000287](https://doi.org/10.4172/2162-6359.1000287)
- Bernert, T. S., Kuerzi, R., Tristão, A. M., & Lima, L. T. (2019, maio 31). A IFRS 9 cria novos desafios para as empresas. KPMG. Recuperado de <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2019/05/a-ifs-9-cria-novos-desafios-para-as-empresas.html>
- Bouvatier, V., & Lepetit, L. (2012). Provisioning rules and bank lending: A theoretical model. *Journal of Financial Stability*, 8(2), 25-31. DOI: [10.1016/j.jfs.2011.04.001](https://doi.org/10.1016/j.jfs.2011.04.001)
- Bushman, R. M., Engel, E., & Smith, A. (2006). An analysis of the relation between the stewardship and valuation roles of earnings. *Journal of Accounting Research*, 44(1), 53-83. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/3542317>
- Cai, L., Rahman, A., & Courtenay, S. (2014). The effect of IFRS adoption conditional upon the level of pre-adoption divergence. *The International Journal of Accounting*, 49(2), 147-178. DOI: [10.1016/j.intacc.2014.04.004](https://doi.org/10.1016/j.intacc.2014.04.004)
- Callao, S., & Jarne, J. I. (2010). Have IFRS affected earnings management in the European Union? *Accounting in Europe*, 7(2), 159-189. DOI: [10.1080/17449480.2010.511896](https://doi.org/10.1080/17449480.2010.511896)
- Camfferman, K. (2015). The Emergence of the 'Incurred-Loss' Model for Credit Losses in IAS 39. *Accounting in Europe*, 12(1), 1-35. DOI: [10.1080/17449480.2015.1012526](https://doi.org/10.1080/17449480.2015.1012526)
- Carvalho, J. A., Pereira, J. V., & Dantas, J. A. (2018). As instituições financeiras brasileiras usam a PCLD para gerenciamento de capital? *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 127-140. DOI: [10.4025/enfoque.v37i2.34077](https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i2.34077)

- Cinegaglia, J. P. (2019). *Gerenciamento de resultados no setor bancário: uma análise internacional nos períodos de crises financeiras e suas consequências* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-02122019-130554/pt-br.php>
- Cunha, E. S., Galdi, F. C., & Dantas, J. A. (2019). Avaliação no Reconhecimento de Perdas de Crédito nos Bancos Brasileiros. *XLIII Encontro da ANPAD – EnANPAD 2019*, São Paulo, São Paulo, Brasil, XLIII. Recuperado de [http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MjcxNDY=](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjcxNDY=)
- [Cunha, P. R., Leite, M., & Morás, V. R. \(2019\). Efecto del cambio de la firma de auditoría en la gestión de resultados de las compañías abiertas brasileñas. \*Contabilidad y Negocios\*, 14\(28\), 70-87. DOI: 10.18800/CONTABILIDAD.201902.004.](#)
- Dantas, J. A., Borges, M. A. B., & Fernandes, B. V. R. (2018). Gerenciamento de resultados contábeis em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, 10(2), 342-363. DOI: [10.21680/2176-9036.2018v10n2ID14112](https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n2ID14112)
- Dantas, J. A., Medeiros, O. R., & Lustosa, P. R. B. (2013). The role of economic variables and credit portfolio attributes for estimating discretionary loan loss provisions in brazilian banks. *Brazilian Business Review*, 10(4), 69-95. DOI: [10.15728/bbr.2013.10.4.3](https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.3)
- Dantas, J. A., Micheletto, M. A., Cardoso, F. A., & Freire, A. A. P. F. S. (2017). Perdas em Crédito nos Bancos Brasileiros: Modelos de Perdas Esperadas e de Perdas Incorridas e Impactos da IFRS 9. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(2), 156-175. DOI: [10.18028/rgfc.v7i2.3110](https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i2.3110)
- Dechow, P. M., Hutton, A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting earnings management: A new approach. *Journal of Accounting Research*, 50(2), 275–334. DOI: [10.1111/J.1475-679X.2012.00449.X](https://doi.org/10.1111/J.1475-679X.2012.00449.X)
- [Di Fabio, C., Ramassa, P., & Quagli, A. \(2021\). Income smoothing in European banks: The contrasting effects of monitoring mechanisms. \*Journal of International Accounting, Auditing and Taxation\*, 43, 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2021.100385>](#)
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados*. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Formigoni, H., Antunes, M. T. P., Paulo, E., & Pereira, C. A. (2012). Estudo sobre os incentivos tributários para o gerenciamento de resultados contábeis nas companhias abertas brasileiras. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 9(1), 41-52. DOI: [10.4013/base.2012.91.04](https://doi.org/10.4013/base.2012.91.04)

Fonseca, A. R., & González, F. (2008). *Cross-country determinants of bank income smoothing by managing loan-loss provisions*. *Journal of Banking & Finance*, 32(2), 217-228. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2007.02.012>

Giner, B., & Mora, A. (2019): Bank loan loss accounting and its contracting effects: the new expected loss models. *Accounting and Business Research*, 49, 725-752. DOI: [10.1080/00014788.2019.1609898](https://doi.org/10.1080/00014788.2019.1609898)

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. 5 ed. São Paulo.

Hashim, N., Li, W., & O'Hanlon, J. (2019): Reflections on the development of the FASB's and IASB's expected-loss methods of accounting for credit losses. *Accounting and Business Research*, 49(6), 682-725. DOI: [10.1080/00014788.2018.1526665](https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1526665)

Houge, M. N., Van Zijl, T., Dunstan, K., & Karim, A. W. (2012). The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International Journal of Accounting*, 47(3), 333-355. DOI: [10.1016/j.intacc.2012.07.003](https://doi.org/10.1016/j.intacc.2012.07.003)

IFRS 9, de 1 de janeiro de 2018. Financial Instruments. Recuperado de <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/bnstandards/pt-br/2018/ifrs9.pdf>

Kang, S., & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*, 33(2), 353-367. DOI: [10.2307/2491492](https://doi.org/10.2307/2491492)

Kim, M., & Kross, W. (1998). The impact of the 1989 change in bank capital standards on loan loss provision and loan write-offs. *Journal of Accounting and Economics*, 25(1), 69-99. DOI: [10.1016/S0165-4101\(98\)00015-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(98)00015-9)

Kothari, S., Leone, A., & Wasley, C. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163-197. DOI: [10.1016/j.jacceco.2004.11.002](https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002)

KPMG. (2014). *Financial Instruments: the complete standard. Fundamental changes require careful planning*. In the headlines nº 13/14. Recuperado de <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2014/08/ITH-2014-13.pdf>

Leventis, S., Dimitropoulos, P., & Anandarajan, A. (2011). Loan loss provisions, Earnings Management and Capital Management under IFRS: The Case of EU Commercial Banks. *Journal of Financial Services Research*, 40(1), 103-122. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10693-010-0096-1>

Lobo, G. J. & Yang, D. H. (2003). Bank managers' heterogeneous decisions on discretionary loan loss provisions. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 16(3), 223-250. DOI: [10.1023/A:1011284303517](https://doi.org/10.1023/A:1011284303517)

Martinez, A. L. (2006). Minimizando a variabilidade dos resultados contábeis:

estudo empírico do *Income smoothing* no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 2(1), 9-25. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117016274002>

Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os *accruals* discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17. DOI: [10.1590/S1519-70772008000100002](https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002)

Morgan Stanley Capital International. (2020). Recuperado de <https://www.msci.com/market-classification>

Norden, L., & Stoian, A. (2014). Bank earnings management through loan loss provisions: A double-edged sword? *Nederlandsche Bank Working Paper*, n. 404. Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=2369798>

Ozili, P., & Arun, T. (2018). *Income smoothing* among European systemic and non-systemic banks. *The British Accounting Review*, 50(5), 539-558. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2018.03.001>

Paulo, E., & Mota, R. H. G. (2019). Business cycles and earnings management strategies: a study in Brazilian public firms. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233. DOI: [10.1590/1808-057x201806870](https://doi.org/10.1590/1808-057x201806870)

Rathke, A. A. T., Santana, V. F., Lourenço, I. M. E. C., & Dalmácio, F. Z. (2016). International Financial Reporting Standards and Earnings Management in Latin America. *Revista de Administração Contemporânea*, 20(3), 368-388. DOI: [10.1590/1982-7849rac2016140035](https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016140035)

Shrieves, R. E., & Dahl, D. (2003). Discretionary accounting and the behavior of Japanese banks under financial duress. *Journal of Banking and Finance*, 27(7), 1219-1243. DOI: [10.1016/S0378-4266\(02\)00252-2](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(02)00252-2)

Silva, A. F. D., Weffort, E. F. J., Flores, E. D. S., & Silva, G. P. D. (2014). Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 268-283. DOI: [10.1590/S0034-759020140303](https://doi.org/10.1590/S0034-759020140303)

Silva, C. A. M., Niyama, J. K., Rodrigues, J. M., & Lourenço, I. M. E. C. (2018). Gerenciamento de resultados por meio da perda estimada de créditos em bancos brasileiros e luso-espanhóis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(37), 139-157. DOI: [10.5007/2175-8069.2018v15n37p139](https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p139)

Soreira, A., Fávero, L. P., Serra, R. G., & Fouto, N. M. M. D. (2019). Perdas de crédito esperadas e IFRS 9: uma análise com simulação de Monte Carlo e riscos proporcionais de COX. *Contabilometria – Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 6(2), 49-76. Recuperado em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/contabilometria/article/view/1468>

Takamatsu, R. T., & Fávero, L. P. L. (2017). Opacity of financial information, adoption

of international standards and legal origins. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, 19(66), 594-612. [DOI: 10.7819/rbgn.v0i0.3124](https://doi.org/10.7819/rbgn.v0i0.3124).

Trimble, M. (2018). A reinvestigation into accounting quality following global IFRS adoption: Evidence via earnings distributions. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 33, 18-39. [DOI:10.1016/j.intaccaudtax.2018.09.001](https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2018.09.001)

Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). *Positive accounting theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 5th ed. Mason, OH: South-Western Cengage Learning.

Zang, A. Y. (2012). Evidence on the trade-off between real manipulation and accrual manipulation. *The Accounting Review*, 87(2), 675-703. [DOI:10.2308/accr-10196](https://doi.org/10.2308/accr-10196)